



<http://doi.org/10.7213/2318-8065.06.01.p09-22>

Jaime Wright (1929-1999) e a defesa dos direitos humanos no contexto da resistência à ditadura militar no Brasil

Jaime Wright (1929-1999) and the defense of human rights in the context of the military dictatorship resistance in Brazil

Rodrigo Pinto de Andrade*
Rogerio de Almeida Souza**

Resumo

Este texto tem como objetivo analisar a vida e a obra de Jaime Nelson Wright (1927-1999), pastor presbiteriano, opositor do regime militar no Brasil e intelectual engajado na luta pela defesa dos direitos humanos. Foi uma das vozes que mais combateu a ditadura militar no interior do protestantismo brasileiro. Desde a deflagração do golpe em 1964, fez a opção político/religiosa de não aderir ao regime autoritário. Wright se vinculou ao movimento estudantil e dedicou-se ao amparo religioso/pastoral dos perseguidos políticos. Sua contribuição como intelectual, perpassa o campo religioso. Ele atuou junto aos organismos internacionais voltados para a defesa dos direitos humanos e fundamentais à vida e denunciou as atrocidades do regime militar no Brasil. Para a efetivação da pesquisa foram utilizadas as seguintes fontes: documentos e imagens disponibilizados pelo projeto Brasil: Nunca Mais; jornais da época: entrevistas e matérias; decretos e leis. Os dados revelados pelas fontes indicam que a vida e obra de Jaime Wright contribuíram decisivamente para o processo de redemocratização do Brasil.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Protestantismo. Intelectual. Jaime Nelson Wright.

* Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Professor do colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6948-366X>. Contato: rodrigouem@yahoo.com.br

** Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá. Professor da Rede Municipal de Educação de Pato Branco, PR. E-mail: rogerioteol@hotmail.com



Abstract

This text analyzes the life and work of Jaime Nelson Wright (1927-1999), a Presbyterian pastor, a fierce opponent of the military regime in Brazil, and intellectually engaged in the struggle for the defense of human rights. He was one of the voices that most fought the military dictatorship in the Brazilian Protestant movement. Since the outbreak of the coup in 1964, he made the political and religious choice of not joining the authoritarian regime. Wright joined the student movement and dedicated himself to the religious support of the politically persecuted. His contribution as a committed intellectual goes beyond the clerical field. He was involved with international organizations dedicated to the defense of human rights and the fundamental rights to life. He also exposed the military regime's atrocities. For the realization of the research were used the following sources: documents and images made available by the Project Brazil: Never Again; newspapers of the time: interviews and stories; decrees and laws. The data revealed by the sources, indicate the life and work of Jaime Wright contributed in a decisive way to the re-democratization process in the Brazilian society.

Keywords: *Military Dictatorship. Protestantism. Intellectual. Jaime Nelson Wright.*

Introdução

Este texto tem por objetivo analisar a atuação e as contribuições de Jaime Nelson Wright (1927-1999), pastor presbiteriano, que foi ferrenho opositor do regime militar no Brasil. O artigo aborda a atuação de Wright como um intelectual protestante que liderou movimentos de resistência à ditadura militar. Sua trajetória revela que entre os protestantes houve nichos de resistência ao projeto político de corte autoritário implementado pelos militares. Sua atuação como defensor dos direitos humanos e opositor ao regime ditatorial, evidencia uma ruptura dentro campo protestante em relação ao apoio deste segmento ao projeto dos militares.

A historiografia referente aos anos de 1964 a 1985, que se debruça sobre as relações entre religião e política, tem privilegiado pesquisas sobre a participação da Igreja Católica durante o regime militar. A imprensa conferiu maior visibilidade à Teologia da Libertação, às Comunidades Eclesiais de Base e a resistência dos padres católicos que se envolveram direta ou indiretamente com movimentos de luta em defesa da democracia. Tal fato contribuiu para uma vasta produção acadêmica que discute a participação da Igreja Católica nos processos de resistência que ocorreram durante a ditadura militar.

Deste modo, a participação de líderes protestantes nos movimentos sociais de resistência ao regime militar é uma temática que ainda não foi amplamente explorada. O protestantismo no Brasil é marcado por uma ampla pluralidade. Neste sentido, é correto dizer que, embora tenha havido entre as denominações protestantes, uma majoritária adesão ao golpe militar de 1964, houve também resistência. O pastor presbiteriano Jaime Wright teve sua trajetória caracterizada pela resistência ao militarismo e pela defesa dos direitos humanos.

O pastor presbiteriano Jaime Wright, foi uma das vozes mais combatentes do regime militar no interior do protestantismo brasileiro. Desde a deflagração do golpe em 1964, Wright fez a opção político-religiosa de não aderir. Na medida em que o autoritarismo e a repressão do regime se ampliaram, Wright se juntou aos movimentos sociais organizados em torno da pauta da resistência à ditadura, nomeadamente, o movimento estudantil, ao qual ele vinculou-se e passou a se dedicar ao amparo religioso-pastoral dos perseguidos políticos.

Para discutir a temática proposta, inicialmente será analisada o conceito de intelectuais. Em seguida será apresentado os elementos históricos que caracterizam o protestantismo brasileiro e discutido a relação entre protestantismo e ditadura civil-militar no Brasil, com particular ênfase nos processos de aproximação e adesão dos diferentes segmentos do movimento protestante brasileiro ao golpe de 1964. Por fim, será abordada a atuação do pastor presbiteriano Jaime Wright no processo de resistência à ditadura. Para a efetivação da pesquisa foram utilizadas as seguintes fontes: documentos e imagens disponibilizados pelo projeto Brasil: Nunca Mais; jornais da época; entrevistas e matérias; decretos e leis.

A pesquisa sobre intelectuais na área das ciências humanas

O conceito de intelectuais é complexo. Discuti-lo pressupõe responder a questões como: o que são intelectuais? Quem são os intelectuais? Quais funções exercem na sociedade? O significado do conceito de intelectual pode ser entendido quando se considera sua variação, tanto do ponto de vista histórico quanto de área do conhecimento. Maximo (2000, p. 15), afirma que “um dos primeiros problemas para se estudar os intelectuais é delinear os contornos de um conceito que começa a se esboçar no século XII, mas que, a rigor, vai encontrar formas mais nítidas apenas no século XX”.

A ideia de intelectual como adjetivo - como indivíduo culto, sábio ou erudito - remonta à Antiguidade Clássica. A figura do filósofo incorpora bem a ideia de intelectual na Antiguidade. Era a pessoa que se destacava socialmente pelo conhecimento e não pelo nascimento ou pela propriedade.

Levava a sociedade a refletir sobre questões relativas à política e sobre os rumos morais que tomava, era, portanto, um crítico da sociedade em que vivia.

No período medieval, a figura que unia em torno de si a função moral e instrucional era o teólogo. Ele falava sobre religião, considerada uma das coisas mais importantes para aquela sociedade. O clérigo cuidava das questões sociais ligadas à religião, por isso, representava o intelectual da sociedade medieval.

Na Modernidade, com a crítica severa à religião, a função social do teólogo foi se tornando cada vez mais restrita aos limites da própria religião. O surgimento da esfera pública e a distinção entre as esferas pública e privada, transformou a religião em elemento de foro íntimo, portanto, de caráter privado. O teólogo, por sua vez, tornou-se cada vez menos importante e abriu espaço para o surgimento e a atuação do intelectual enquanto categoria social, estritamente identificado com a Universidade (LECLERC, 2004).

Na etimologia da palavra, intelectual é um adjetivo relativo à inteligência, ou àquele que usa a inteligência. Partindo desta premissa, o não-intelectual não existiria, pois todos os homens usam a inteligência. Antonio Gramsci elucida a questão ao propor que na sociedade, embora os homens sejam intelectuais, nem todos desempenham funções intelectuais (GRAMSCI, 1982); ou seja, os trabalhos que exigem um esforço físico maior do que o esforço da elaboração intelectual não se enquadram no perfil de trabalho intelectual, mas sim, trabalho braçal, ou, manual. São consideradas atividades intelectuais aquelas em que o esforço na elaboração intelectual supera o esforço muscular-nervoso. Os intelectuais, portanto, são, entre outros, escritores, filósofos, historiadores, políticos, jornalistas, professores, líderes religiosos.

O surgimento do intelectual enquanto categoria social é fruto da contemporaneidade e tem suas raízes na França, no final do século XIX, nomeadamente com o Caso Dreyfus¹. Com o texto de Émile Zóla, *J'accuse*, publicado em 13 de janeiro de 1898, no jornal *L'Aurore*, que denunciava os equívocos cometidos pelo governo francês e o complô do seu exército contra Dreyfus, foi elaborada uma nova definição do papel do intelectual em relação aos seus posicionamentos em relação à sociedade. Segundo Vieira (2007), a construção do conceito de intelectuais, tal como é conhecido atualmente, remonta ao cenário francês do século XIX, quando o termo passou a ser usado no plural, apontando para um conjunto de indivíduos com características comuns, isto é, como um grupo social.

O intelectual passou a ser visto como aquele que interage com a sociedade e mantém, em relação ao seu próprio ambiente social, um posicionamento crítico. Trata-se, assim, de importantes atores da esfera pública que influenciam outros indivíduos a tomarem decisões sobre temas candentes de uma determinada época. Os intelectuais refletem sobre a sociedade de seu tempo e, a partir disso, oferecem caminhos para a sua transformação. Gramsci (1982) propôs uma divisão do conceito de intelectuais. Em sua concepção, há dois tipos de intelectuais: os tradicionais e os orgânicos. Esses dois tipos de intelectuais caracterizam e cristalizam o momento histórico em que vivem ao apontarem os rumos e os aprumos das relações sociais. A depender da tendência que apresentam, os intelectuais podem se posicionar na liderança ou na retaguarda dos processos de transformação social, no sentido de apoiar ou negar as transformações.

Engajados na luta por valores universais, os intelectuais buscam cada vez mais, espaço na esfera pública, para expor seus posicionamentos político-partidários e suas propostas de transformação social, quando é o caso. Esta definição se aplica à noção de intelectual engajado, conforme aponta Gramsci,

¹ Acusado pelas Forças Armadas e pelo Governo francês de espionagem a favor da Alemanha, o capitão Alfred Dreyfus foi julgado por alta traição. Dreyfus foi submetido à degradação militar, em 1895, e condenado à prisão perpétua na Ilha do Diabo, Guiana Francesa. Apesar de provas que explicitavam sua inocência, ele foi condenado uma segunda vez, em 1899, sendo em seguida absolvido. Sua inocência somente foi reconhecida pelo governo francês em 1905.

que se volta às questões políticas, sociais e até mesmo morais. Essa concepção de intelectual é histórica, pois aponta para o surgimento dos intelectuais como processo histórico, não se trata de indivíduos “geniais”, mas sim, de pessoas que são produtos de um determinado contexto histórico-cultural, do qual fizeram parte. Os intelectuais, portanto, emergem do interior de seus respectivos grupos para dar a eles homogeneidade e consciência (GRAMSCI, 1982).

Ao discutir sobre o intelectual moderno, Jean-Paul Sartre o define como um homem em constante contradição. É um especialista do saber prático, um pesquisador e também um servidor da hegemonia. Trata-se de alguém que se encontra em estado de aflição e dilaceramento, entre as exigências da universalidade presentes na prática da pesquisa e os particularismos sociais, econômicos e culturais que condicionam a sua atividade e a sua própria vida. É um universalista na técnica e um particularista na submissão à ideologia dominante (SARTRE, 1994).

O intelectual, para Sartre, é o homem que adquire uma consciência oposicionista, carrega a contradição que subsiste nele e na sociedade e que o leva à oposição entre a pesquisa da verdade prática e a ideologia dominante. Tal tomada de consciência, nada mais é que o desvelamento das contradições fundamentais da sociedade, dos conflitos de classe e, no seio da própria classe dominante, de um conflito orgânico entre a verdade que ela reivindica para seu empreendimento e os mitos, valores e tradições que ela mesma mantém e que quer propagar às outras classes para garantir sua hegemonia (SARTRE, 1994).

Produto de sociedades despedaçadas, o intelectual é sua testemunha porque interiorizou seu despedaçamento. É, portanto, um produto histórico. Nenhuma sociedade pode se queixar de seus intelectuais sem acusar a si mesma, pois ela só tem os tem (SARTRE, 1994). O intelectual excede o campo que lhe compete profissionalmente para falar de coisas sobre as quais não é especialista, mas em relação às quais, julga-se implicado e preocupado (LECLERC, 2004).

Atualmente, tem aumentado o número de pesquisas sobre a vida e a obra de intelectuais em diversas áreas do conhecimento. No campo da Educação, as pesquisas que discutem a importância da trajetória de intelectuais têm atraído um considerável número de pesquisadores, vinculados, em sua maioria, à História da Educação. Tais pesquisas propõem identificar a importância do legado que esses atores sociais deixaram à educação, na esfera internacional, nacional ou mesmo regional.

Há que se destacar, entretanto, que as ideias, a obra, e a atuação dos intelectuais não devem ser analisadas descoladas do contexto histórico, político e social no qual foram produzidos. A ausência de contextualização de um autor conduz a pesquisa sobre sua vida e obra, a uma narrativa idealista, que pereniza suas ideias e propostas como de valor e aceitação universais e perenes.

Salientamos que a perspectiva metodológica que adotamos para a realização deste trabalho considera que o contexto histórico e as condições materiais são determinantes para a produção intelectual e para a atuação de um autor. Entendemos como imprescindível relacionar Jaime Wright ao seu contexto maior, para que seus escritos e suas ideias não sejam analisados por si mesmas, como independentes da história. Deste modo, salientamos que o pensamento e a atuação de Jaime Wright, como intelectual engajado, serão analisados a partir de sua historicidade, considerando sua formação acadêmica, cultural, política e religiosa, bem como, o público-alvo de sua produção e suas vinculações políticas, religiosas e ideológicas.

Protestantismo no Brasil: elementos históricos, sociais e doutrinários

O protestantismo no Brasil, desde seus primórdios, veiculou uma mensagem centrada na conversão religiosa e deu uma particular ênfase na responsabilidade individual para se alcançar o bem-estar social. Essa cosmovisão pautada no esforço pessoal e individual configurou-se como uma característica própria do protestantismo brasileiro. A ênfase no indivíduo contribuiu para tirar das

políticas públicas e mesmo do Estado, a responsabilidade pela superação das mazelas sociais e da transformação da sociedade (ALVES, 2005; REILLY, 1985).

Desde seus primórdios, o movimento protestante se ocupou em reinterpretar a sociedade e, não esposou uma proposta clara para transformá-la. A chamada doutrina da Providência Divina², serviu como elemento basilar para o constructo de uma perspectiva social e política do protestantismo no Brasil. Esta premissa doutrinal acabou contribuindo para uma visão predominante no movimento, que sacraliza a realidade e atribui à divindade, toda e qualquer responsabilidade pelas desigualdades sociais (MENDONÇA; VELÁSQUEZ FILHO, 2002).

A ênfase na responsabilidade individual, adotada historicamente pelo protestantismo brasileiro, construiu um ambiente que dificultou a crítica às estruturas sociais e políticas do país. Ao estabelecer o indivíduo como matriz, as possibilidades de transformação social ficaram à cargo do indivíduo e não do conjunto da sociedade. Ao individualizar os problemas sociais e, conseqüentemente, suas possíveis soluções, o movimento protestante no Brasil acabou contribuindo para a formação de uma religiosidade com ênfase em uma ética meramente individual em detrimento de uma ética social. De acordo com Rubem Alves (2005, p.283):

A ética social protestante nada acrescenta ao que havia sido dito antes. A igreja falou porque provocada, ameaçada, contestada, em defesa de sua cosmovisão e de sua ética individual. Problemas sociais, no sentido rigoroso da palavra, não os há. O que há são problemas morais e espirituais. Os problemas sociais nada mais são que subprodutos da relação da alma com Deus. Transforma-se a sociedade pela conversão de almas.

A individualização das questões sociais contribuiu para que o protestantismo brasileiro deixasse de assumir responsabilidades coletivas. Esse individualismo propalado segmento protestante no Brasil é, de acordo com Alves (2005), uma espécie de “fuga das responsabilidades sociais”.

Leonard (2002) afirma que o protestantismo chegou ao Brasil com *status* de religião própria dos povos evoluídos. Em alguns países da Europa, o movimento protestante floresceu entre os intelectuais e a burguesia. No Brasil, inicialmente esse segmento religioso exerceu atração entre esses grupos sociais, todavia, ao se consolidar no país, alcançou as classes trabalhadoras, tanto do campo como da cidade.

Desde seus primórdios, protestantismo brasileiro se inseriu nas diferentes camadas sociais. De acordo com Alves (2005), tal fato teria o potencial de ter produzido um movimento religioso engajado com as causas sociais, porém, o individualismo conversionista sufocou essa capacidade de transformação coletiva que as igrejas protestantes poderiam ter exercido.

O individualismo salvacionista pregado pelo protestantismo, de acordo com Alves (2005), tem o potencial de inibir os protestos que deveriam ser dirigidos contra as estruturas sociopolíticas e econômicas. Esse posicionamento individualista, na esfera social, funciona como uma espécie de amortecedor religioso e justifica, a atitude de deserção dos embates sociais, praticados por muitos grupos protestantes, sobretudo, àqueles de perfil conservador/fundamentalista.

Desde suas origens no século XVI, a religião protestante trouxe em seu bojo, paradoxalmente, propostas de liberdade e uma tendência ao autoritarismo. Em seus primórdios, o movimento propôs a

² De acordo com o teólogo reformado Louis Berkhof, (2007, p. 156) “Na Bíblia, a doutrina da criação é seguida imediatamente pela doutrina da providência, na qual se define claramente o conceito bíblico da relação de Deus com o mundo. A palavra providência é derivada do termo latino *providentia*, que corresponde ao grego *pronoia*. Estas palavras significam primariamente presciência ou previsão, mas gradativamente adquiriram outros sentidos. A previsão é, de um lado, associada a planos para o futuro e, de outro, à realização concreta desses planos. Assim, a palavra “providência” veio a significar a provisão que Deus faz para os fins do Seu governo, bem como a preservação e governo de todas as suas criaturas. É este o sentido em que em geral é usada atualmente na teologia, mas não é o único sentido em que os teólogos a têm empregado”.

ideia de liberdade de consciência e de livre exame, como uma espécie de resposta aos postulados doutrinários do catolicismo (REILLY, 1985).

O posicionamento político de uma expressiva parcela do protestantismo brasileiro se caracterizou pelo conservadorismo de fundo moral e religioso. Os valores defendidos no contexto da Reforma Protestante do século XVI, que preconizavam a liberdade de comportamento e o livre-arbítrio, foram, gradativamente, substituídos por uma proposta conservadora e, em alguns casos, autoritária (ALVES, 1982).

Há uma perspectiva política que parece ser subjacente ao movimento protestante no Brasil, que, embora apresente traços da cultura política brasileira, mostra-se singular em determinado aspecto, qual seja, o de rejeitar a política como instrumento capaz de produzir transformações sociais duradouras (ALMEIDA, 2016).

Podemos dizer que o protestantismo brasileiro, historicamente, tem demonstrado um comportamento político autocentrado, que atribui à liberdade de seus cultos e às suas atividades evangelizadoras, uma proeminência em relação às questões sociais. Isso implica dizer que, mesmo que o Estado tenha como características o autoritarismo, a corrupção e a ilegalidade constitucional, a religião protestante tende a reconhecê-lo como legítimo.

O protestantismo viu a pobreza como um problema individual. Só a conversão individual poderia tirar o ser humano de sua situação de pobreza. A conversão do indivíduo um após o outro, transformaria a sociedade. Weber não viu o espírito do capitalismo a luz da ética protestante. Ao contrário, viu o espírito do protestantismo a luz da ética capitalista. O foco foi invertido. A essas críticas Ruben Alves acrescenta um dado importante: as teses de Max Weber não tiveram aplicação na América Latina. O protestantismo que Weber descreveu não chegou aqui. No Brasil, a ética protestante é interiorizada e individualizada. O fiel recorre à disciplina comportamental não para transformar o mundo, mas para dominar e reprimir-se. Ele tem consciência de que é diferente e de que o mundo seria melhor se todos fossem iguais a ele (MENDONÇA; VELÁSQUEZ FILHO, 2002, p. 210).

A contradição entre liberdade e autoritarismo, de acordo com Alves (1982), ainda não está completamente resolvida no interior do protestantismo brasileiro. Por esse motivo, no período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), entre os protestantes houve ampla adesão e colaboração com os militares e, paradoxalmente, surgiram no interior do próprio protestantismo, movimentos que se engajaram na luta contra o regime autoritário. Jaime Wright esteve conectado à uma tradição protestante, de feição claramente ecumênica, que lutou em favor dos perseguidos pela ditadura militar e em defesa dos direitos humanos. Diferentemente do protestantismo majoritário, os movimentos de tradição ecumênica estiveram comprometidos com a responsabilidade social e com a cidadania.

Protestantismo e ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)

Os militares, por meio de uma aliança com partes do empresariado nacional, tomaram o poder através de um golpe de estado, no dia 31 de março de 1964. O que se seguiu foi a implantação de uma ditadura que durou mais de duas décadas. Em seu objetivo de prolongamento do controle do recém-conquistado poder político, os militares recorreram, em todo período ditatorial, a diversos mecanismos coercitivos, os quais variaram de repressão policial às manifestações de rua, até a sistematização de todo um aparelho de espionagem, policiamento e censura.

Os conspiradores militares e civis que depuseram João Goulart em março de 1964 tinham dois objetivos. O primeiro era “frustrar o plano comunista de conquista do poder e defender as instituições militares”: o segundo era “reestabelecer a ordem de modo que pudessem executar reformas legais”. O primeiro foi fácil. O segundo seria muito difícil (SKIDMORE, 1982, p. 37).

A ditadura militar instaurada no Brasil entre 1964 e 1985, estabeleceu um ciclo político marcado pelo autoritarismo e pela supressão de direitos constitucionais, tendo como base a repressão política. O governo apresentava um caráter opressor que enviou todos os esforços para alcançar seus objetivos. O regime foi marcado pela sucessão periódica de generais que ocuparam a presidência da República, por meio de eleições indiretas, realizadas pelo colégio eleitoral (DIAS, 2013; TOLEDO, 2004).

Nos três primeiros anos do governo de João Goulart (1961-1976), os conflitos e as tensões sociais aumentaram, tendo como pano de fundo o debate político e ideológico que polarizava a sociedade brasileira e as discussões acerca das reformas de base, que compreendiam as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Vários segmentos sociais se uniram numa coalizão pró-reformas. Entre eles, destacavam-se: as Ligas Camponesas; o Partido Comunista Brasileiro (PCB); a Frente Parlamentar nacionalista; o movimento sindical, representado pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT); os estudantes, por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Partido Operário Revolucionário Trotskista (ALMEIDA, 2016; TOLEDO, 2004).

Por outro lado, haviam forças sociais e políticas que estavam alinhadas numa posição oposta, formada pelo campo militar conservador; lideranças civis antivarguistas; setores do empresariado nacional; religiosos e expressivos setores da classe média. Esses grupos assumiram um posicionamento conservador e tomaram como bandeira o anticomunismo e a luta contra a corrupção. Desde a posse, em 1961, Goulart exerceu seu mandato sob um sistema parlamentarista que, implantado às pressas, visava impedir que o presidente exercesse seus poderes políticos. De acordo com Toledo (2004, p. 17-18): “o governo Goulart nasceu, viveu e morreu sob o espectro do golpe de estado”.

Entre os diferentes setores que colaboraram com a conspiração golpista que derrubou João Goulart e consolidou o regime ditatorial, estavam também determinados setores da Igreja Católica e diferentes denominações protestantes. O colaboracionismo protestante, muitas vezes motivado por uma convicção anticomunista, levou muitas denominações a se alinharem à ditadura militar. Reilly (1985, p. 315), destaca que:

Houve um alto grau de aceitação da intervenção militar pelos protestantes, a princípio pelo medo de que João Goulart estivesse conduzindo o país para o caos comunista e possivelmente a guerra civil. Nesse caso, o novo regime representou a salvação política da pátria. Posteriormente, por conveniência e simpatia aos projetos de governo dos militares. Medo da esquerda e simpatia pela direita parece refletir fielmente a mentalidade protestante majoritária.

Durante a ditadura, as liberdades democráticas foram suprimidas. Os militares diziam governar em nome da liberdade, reafirmando as ações e a adoção de um comportamento dito democrático, entretanto, nesse período, a democracia foi completamente destruída. O regime de exceção fez uso de diferentes mecanismos com objetivo de reprimir aqueles que se insurgiam contra os desmandos dos militares. A oposição política foi duramente atacada e perseguida (REILLY, 1985).

Os chamados anos de chumbo, foram marcados pelo autoritarismo e pelo sistemático desrespeito aos direitos humanos. Por meio de um discurso dito patriótico e em nome do que, à época, se convencional chamar de “lei e ordem”, muitos brasileiros foram torturados e mortos pelos órgãos de repressão. A violência recebeu um ar de normalidade.

Neste contexto, muitas denominações protestantes aderiram aos ideais do regime. Os militares encontraram irrestrito apoio em importantes segmentos do protestantismo brasileiro. A chamada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, caracterizou-se como um evento emblemático e decisivo nesse processo de adesão dos protestantes ao golpe. Skidmore (1982, p. 361), afirma que:

Uma passeata organizada às pressas, na qual tomaram parte, em grande proporção, grupos religiosos femininos, procurou demonstrar a oposição militante da classe média contra Jango.

Uma multidão calculada em mais de 500.000 pessoas encheu as ruas de São Paulo, sob a bandeira da fé religiosa, para protestar contra o comício do dia 13 no Rio, e contra tudo o que os manifestantes achavam que esse comício significava.

Embora o golpe militar de 1964 tenha significado um verdadeiro retrocesso político no caminho rumo à uma sociedade justa e igualitária, valores caros para a tradição protestante, parcela importante das denominações religiosas ofereceram apoio institucional e acrítico ao regime ditatorial, explicitando um posicionamento de negação dos valores cristãos elementares. As igrejas protestantes, em sua maioria, encamparam o discurso de “demonização dos comunistas”. Essas instituições religiosas defendiam uma proposta política de feição claramente conservadora e moralista, que convergia para os interesses do regime militar (MOTA, 2000).

A pauta defendida pelos militares, dita patriótica e firmada no conservadorismo/moralismo, conseguiu o apoio institucional de grande da igreja protestantes e de expressivos segmentos católicos. A religião foi usada pelo regime ditatorial como mecanismo de legitimação. As instituições protestantes, em sua maioria, foram coniventes com o regime.

Há que salientar, todavia, que a relação entre o segmento protestante e os militares não foi homogênea. O posicionamento político das denominações protestantes, plural em sua historicidade no Brasil, também foi multifacetado em suas escolhas ideológicas e políticas no período do regime militar. Os protestantes não estiveram imunes ao contexto histórico, nem alheios aos movimentos políticos e sociais pelos quais o Brasil passou entre 1964 e 1985. Uma grande parcela das igrejas protestantes apoiou os militares, outra parcela do segmento, contudo, não se alinhou ao regime. A trajetória do pastor presbiteriano Jaime Nelson Wright constitui-se num exemplo de que os militares não encontraram apoio irrestrito em todo o segmento protestante.

A atuação de Jaime Wright no processo de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)

Cristãos católicos e protestantes que inicialmente apoiaram a deposição de João Goulart, após a instauração do regime militar, passaram a sofrer as consequências de seus posicionamentos, tornando-se vítimas de atos de repressão, tais como: prisões, torturas e assassinatos de pastores, padres, freiras, comerciantes, advogados, médicos, bancários, entre outros. Houve também, por parte do regime, um cerco a conventos, invasões de templos, vigilância contra religiosos, entre outras atrocidades.

Especialmente a partir de 1968, muitos protestantes que tinham apoiado o golpe procuraram se distanciar dos militares, assumindo um posicionamento crítico. Diante dos abusos do regime, muitos passaram a defender pautas relacionadas aos direitos humanos. Nas palavras de Arns e Wright (1985, p. 200-201):

O ano de 1968 pode ser apontado como marco da virada por inúmeras razões: foi um momento de manifestações de protestos e repressão policial condenada pelos cristãos; foi o ano da decretação do AI-5; foi o período que se iniciaram as primeiras experiências das comunidades eclesiais; e também foi o ano de Medellín. Naquela conferência do episcopado latino-americano (Celam), as injustiças sociais cada vez mais graves, que se faziam presentes em todos os países representados, levaram os bispos a afirmar, na resolução final: “não basta refletir, obter mais clareza e falar. É preciso agir. Esta não deixou de ser a hora da ‘palavra’, mas tornou-se com dramática urgência a hora da ação”.

Em um período de supressão de direitos, repressão e violência, Jaime Wright se destacou como um referencial na luta pelos direitos humanos. Filho de missionários norte-americanos, Wright nasceu em Curitiba, no dia 12 de julho de 1927. Foi casado com Alma Wright e teve cinco filhos. Formou-se em

Teologia pela Universidade de Princeton. Recebeu o título de doutor *honoris causa* pela Universidade Ozarques e pela Universidade de Dubuque, em Iowa, títulos outorgados pelos serviços prestados em defesa dos Direitos Humanos. Jaime Wright faleceu aos 71 anos, em Vitória, ES, no dia 29 de maio de 1999. Pastor presbiteriano, trabalhou pelas vítimas da repressão na América Latina (DASILIO, 2020).

Jaime Wright foi um intelectual que militou em defesa dos direitos humanos e combateu as ilegalidades da ditadura militar no Brasil. Ele iniciou seu posicionamento de combate ao regime repressor quando seu irmão, Paulo Stuart Wright (1933-1973), um dos líderes da Igreja Presbiteriana do Brasil, militante e deputado por Santa Catarina, que teve o mandato cassado e foi sequestrado e morto pelos órgãos de repressão do regime militar, em 1973. Wright transformou a história familiar em uma causa maior: denunciar a prática da tortura pelo Estado e trabalhar pelo fim dela.

Outro desaparecimento cuja vítima foi vista nas dependências de organismos de segurança, é o de Paulo Stuart Wright, um dos fundadores e dirigentes da “Ação Popular” (AP). Ex-deputado, cassado em 1964 pela assembleia legislativa de Santa Catarina por pressão do comandante Naval daquele estado, Paulo foi sequestrado pelo II Exército, em setembro de 1973, e levado ao DOI-Codi, na rua Tutoia em São Paulo. Foi visto numa das dependências internas do DOI-Codi pela enfermeira Maria Diva de Faria, em cuja residência Paulo estivera hospedado no dia do seu desaparecimento (ARNS, WRIGHT, 1985, p. 360).

Em 1975, Wright participou do culto em memória a Vladimir Herzog (1937-1975), ao lado de Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016) e do Rabino Henry Sobel (1944-2019). A partir de 1979, a convite de Dom Paulo, Wright trabalhou pela causa dos direitos humanos na arquidiocese de São Paulo e se engajou no projeto: Brasil Nunca Mais, que resultou na publicação de um livro, que se constituiu num inventário sobre a tortura no Brasil durante os anos da ditadura no Brasil: “o projeto Brasil: Nunca Mais foi um dos movimentos de resistência ao regime militar que influenciaram a sociedade civil profundamente, mais eficiente do que a guerrilha urbana e a imprensa alternativa” (DASILIO, 2020, p. 10).

A fotografia abaixo, que reúne Dom Paulo Arns e Jaime Wright, é da década de 1970, em um dos encontros para organizar o Brasil Nunca Mais.

Figura 1- Fotos de Jaime Wright com Dom Paulo Arns. Décadas de 1970.



Fonte: Acervo eletrônico do projeto Brasil Nunca Mais.

Os trabalhos do projeto: Brasil Nunca Mais, foram realizados pelos jornalistas Ricardo Kotscho e Carlos Alberto Libânio Christo, sob a direção de Dom Paulo Evaristo Arns e de Jaime Wright. Uma obra que revelou a extensão da repressão política no país e, identificou e denunciou os torturadores do regime militar, bem como, desvelou as perseguições, os assassinatos, desaparecimentos e as torturas ocorridos no período. Derval Dasilio (2020), afirma que após a organização desse material, a tortura ocorrida no período da ditadura militar no Brasil passou a ter nome, endereço, vítimas e responsáveis.

O projeto: Brasil Nunca Mais, teve início no ano de 1979, como uma investigação sigilosa e contou com o financiamento do Conselho Mundial de Igrejas, uma organização ecumênica internacional, fundada em 1948, em Amsterdã, que, à época, congregava mais 340 igrejas de diversas denominações protestantes. Essa entidade internacional custeou as despesas do Brasil Nunca Mais.

O projeto custou em torno de 500 mil dólares e, Jaime Wright foi o responsável por levantar os recursos junto ao Conselho Mundial de Igrejas. Ele supervisionou a microfilmagem dos documentos e assumiu os riscos de fazer diversas viagens internacionais para depositar os rolos de filme em local seguro. Wright foi o responsável pela revisão do material; fez a conferência dos dados e a datilografou os textos (DASILIO, 2020).

A obra Brasil Nunca Mais é resultado da análise de mais de 850 mil páginas de processos judiciais movidos contra presos políticos, retratando as torturas e outras graves violações aos direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil. As informações do livro foram obtidas a partir dos depoimentos prestados pelos réus no âmbito dos tribunais militares. Quando interrogados nas Cortes Militares, parte dos acusados denunciou e detalhou as práticas de violência física e moral que sofreram ou presenciaram nos períodos em que ficaram presos nos cárceres das Forças Armadas ou da Polícia Política. O projeto Brasil Nunca Mais, utilizou como fonte os documentos oficiais do próprio Estado para comprovar a prática reiterada e institucionalizada da tortura como ferramenta de investigação e repressão durante a ditadura (ARNS; WRIGHT, 1985, p. 360).

A seguir, apresentamos um recorte de jornal sobre o lançamento do projeto Brasil Nunca Mais, na década de 1980.

Figura 2- Matéria jornalística sobre o lançamento do livro Brasil Nunca Mais, década de 1980.



Fonte: Acervo eletrônico do projeto Brasil Nunca Mais.

Os documentos analisados e posteriormente publicados no livro, contribuíram para que a sociedade tivesse acesso às informações fidedignas do que aconteceu nos porões da ditadura militar no Brasil. Ao tomar nota de todas as ilegalidades, a sociedade teve a possibilidade de repelir com veemência as barbaridades praticadas pelo regime ditatorial.

Leonardo Boff, teólogo vinculado à Teologia da Libertação, declarou em entrevista ao jornalista Derval Dasilio: “o pastor Jaime Wright foi uma pessoa corajosa, que denunciou os torturadores e defendeu os torturados e desaparecidos, recolhendo testemunhos sobre a tortura na ditadura militar” (DASILIO, 2020, p. 117).

Em entrevista ao Jornal do Brasil, Dom Paulo Evaristo Arns, ao falar acerca de Wright, afirmou: “trabalhamos mais de nove anos lado a lado como dois irmãos ligados pelo sangue e pelos ideais da defesa dos direitos humanos”. A entrevista foi destacada pelo Jornal do Brasil com a seguinte manchete:

Campeão da defesa dos direitos humanos durante os anos da ditadura militar, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito de São Paulo, fala com gratidão da colaboração que recebeu, nessa luta, do reverendo Jaime Wright, pastor da Igreja Presbiteriana Unida. “Éramos duas pessoas contratadas por Deus para uma missão humanitária que fosse útil para a história do Brasil” (JORNAL DO BRASIL, 1999).

A trajetória de Jaime Wright revela que entre os protestantes houve resistências à ditadura. Sua atuação como defensor dos direitos humanos e opositor do regime, evidencia a pluralidade nas relações entre os protestantes e os militares naquele período. Wright, como pastor presbiteriano, esteve conectado a um movimento de tradição ecumênica que atuou no acolhimento daqueles que eram perseguidos pelo regime autoritário e na defesa da democracia. A vida e obra de Wright demonstram que, embora por parte da minoria, houve oposição ao governo militar entre os protestantes.

Conclusão

A análise dos dados revelados pelas fontes aponta que Jaime Wright lutou contra a tirania dos militares e esteve na linha de frente no confronto com a ditadura. Batalhou em defesa dos direitos de pessoas e famílias atingidas pela repressão, mostrando-se comprometido com a causa do oprimido. A relevância de sua atuação na luta pelos direitos humanos no contexto do regime militar no Brasil foi reconhecida quando da proposta apresentada e aprovada pela Câmara dos Deputados, em 2015, que propôs a inscrição do nome de Jaime Nelson Wright no Livro de Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília, DF (BRASIL, 2015).

A contribuição do reverendo Jaime Wright, como intelectual engajado, perpassa o campo religioso. Ele atuou junto aos organismos internacionais voltados para a defesa dos direitos humanos e dos direitos fundamentais à vida, para denunciar as atrocidades dos regimes militares no Brasil e em outros países da América Latina. Wright também pertenceu ao Projeto Clamor, um trabalho que reunia um grupo de intelectuais que atuou, especialmente com refugiados políticos e famílias de prisioneiros, sequestrados e desaparecidos durante os regimes militares no Cone Sul, América do Sul e América Latina. Wright trabalhou por quinze anos neste grupo.

A trajetória de Jaime Nelson Wright, revela que, tal como aconteceu com determinados setores da Igreja Católica que lutaram contra a ditadura, entre os protestantes também houve resistência ao regime autoritário. Wright foi um intelectual engajado. Podemos afirmar que seu posicionamento político/ideológico foi fortemente influenciado por seus valores religiosos, isto é, o exercício de sua fé

foi determinante para sua tomada de posição em favor daqueles que eram perseguidos pelo regime militar no Brasil.

O nome de Wright figura entre as pessoas que mais contribuíram para que o país repudiasse a tortura, em nome da cidadania e dos direitos humanos. Sua trajetória ganha particular relevância em nossos dias. Em uma conjuntura de constantes ameaças à democracia, ao Estado de Direito e à Constituição, a vida e a obra do pastor presbiteriano Jaime Wright colocam em relevo a importância da constante defesa da democracia e da luta em prol dos direitos fundamentais.

Referências

ALMEIDA, Adroaldo José Silva. *“Pelo Senhor Marchamos”*: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). 2016. Tese (Doutorado em História). Niterói, RJ. Universidade Federal Fluminense, 2016.

ALVES, Rubén. *Protestantismo e repressão*. São Paulo. Ed. Ática, 1982.

ALVES, Rubén. *Religião e repressão*. São Paulo. Ed. Loyola, 2005.

ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem Fogueiras*: a história sombria da Igreja Presbiteriana do Brasil. São Paulo. Ed. Fonte Editorial. 3ªed. 2010.

ARNS, Dom Paulo, WRIGHT, Jaime Nelson. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis, RJ. Vozes, 1985.

BERKHOF, Louis. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

BRASIL. Câmara inclui nome de pastor Jaime Wright no Livro dos Heróis da Pátria. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/548387-camara-inclui-nome-de-pastor-jaime-wright-no-livro-dos-herois-da-patria/>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

DASILIO, Derval. *O pastor dos torturados*. Rio de Janeiro. Ed. Metanoia. 2020.

DIAS, Reginaldo Benedito. A Ditadura e a Modernização Conservadora. In: DIAS, Reginaldo Benedito (Org.). *Tópicos de História do Brasil Contemporâneo*: ditadura civil/militar (1964-1985). Maringá: EDUEM, 2013.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

JORNAL DO BRASIL. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1999.

LECLERC, Gerard. *Sociologia dos intelectuais*. Porto Alegre: UNISINOS, 2004.

LEONARD, Émile G. *Protestantismo Brasileiro*. 3ª ed. São Paulo. Ed. Aste, 2002.

LIMA JÚNIOR, José Ferreira de. *Protestantismo e golpe militar de 1964 em Pernambuco*: uma análise da Cruzada de Ação Básica Cristã. 2008. 121f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

MAXIMO, Antonio Carlos. *Os intelectuais e a educação das massas*: o retrato de uma tormenta. Campinas: Autores associados, 2000.

MENDONÇA, Antônio Gouveia, VELÁSQUEZ FILHO, Prócoro. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo. 2000. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

REILLY, Alexander Durkan. *História Documental do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Aste, 1985.

SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo. Paz e Terra. 1982

TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: o golpe contra as reformas e a democracia*. Revista Brasileira de História. V. 24. N° 47. 2004, p. 17-18.

VIEIRA, Carlos Eduardo. *Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual*. Revista Brasileira de História da Educação. n.º 16, jan./abr. 2008, p. 64-85. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/109>> Acesso em: 03 de dez. 2014.

ZÓLA, Émile. *J'accuse: a verdade em marcha*. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: LP&M, 2009.

Recebido em 20/08/2021

Aceito em 18/11/2021

Received 08/20/2021

Approved 11/18/2021